



INTER  
FACES  
CIENTÍFICAS

HUMANAS E SOCIAIS

ISSN IMPRESSO 2316-3348

ISSN ELETRÔNICO 2316-3801

---

## AS MULHERES DE SAIA COMO ÍCONES IDENTITÁRIOS E DE IDENTIFICAÇÃO EM SALVADOR: TRAJETÓRIAS FEMININAS NEGRAS EM SALVADOR

---

Francisco A. Nunes Neto<sup>2</sup>

### RESUMO

Utilizando como aporte teórico as questões propostas por Roger Chartier, sobre as práticas e as representações das culturas e das problematizações estabelecidas nos estudos culturais, sobre identidades e processos de identificação, este artigo discute, introdutoriamente, como as mulheres negras que atuavam no comércio de rua em Salvador tornaram-se ícones culturais na Bahia.

### PALAVRAS-CHAVE

Ícone. Identidades. Mulher Negra. Representação. Bahia.

### ABSTRACT

Make use of the theoretical issues as proposed by Roger Chartier on the practices and representations of cultures and problematizations established in cultural studies on identity and identification processes, this article discusses an introductory, the construction of identity icons borrowing and cultural repertoires of everyday black women who operates in Salvador acted in public commercialization of delicacies called Bahian cuisine.

### KEYWORDS

Icon. Identities. Black Woman. Representation. Bahia.

## RESUMEN

Utilizando como aporte teórico las cuestiones propuestas por Roger Chartier sobre las prácticas y las representaciones de las culturas y de las problematizaciones establecidas en los estudios culturales sobre identidades y procesos de identificación, en este artículo se discute de manera introductoria la construcción de íconos de identidad, utilizando los repertorios culturales y cotidianos de las mujeres ne-

gras que en Salvador trabaja(ba)n en los espacios públicos comercializando productos de la llamada cocina de Bahía.

### PALABRAS CLAVE

Ícono. Identidades. Mujer Negra. Representación. Bahía.

## 1 INTRODUÇÃO

[...] a construção da identidade é tanto simbólica quanto social.  
Kathryn Woodward

Cantada, versada e proseada, a Bahia, mais precisamente Salvador e demais cidades do Recôncavo, desde os idos coloniais não passou incólume aos olhos dos sujeitos que elaboram representações sobre suas práticas culturais. Neste sentido, ao longo de sua história, Salvador e cidades do Recôncavo continuam figurando como tema de um sem-número de representações no cancionero popular, nas artes plásticas, na literatura, na dança, no teatro e no cinema. Assim, é possível dizer, que há uma quantidade significativa de registros e representações sobre Bahia e baianos (MOURA, 2001) que não cessa de serem, tanto revisitados quanto reelaborados (SANTANNA, 2009).

Tomando como referência o conjunto de pesquisas, estudos e formas de representações existentes sobre Bahia e baianos, o objetivo da discussão que se pretende efetivar nas páginas seguintes é problematizar como a baiana estilizada converteu-se em um dos mais emblemáticos ícones identitário sobre Bahia e baianos, aos nossos dias, ainda largamente utilizado desde cartões postais a receptivos de eventos nacionais e internacionais das mais diversas ordens, o que nos possibilita dizer sobre uma espécie de movência e

pluralidade que o ícone alcança projetando identidade pelo símbolo que se constitui (SILVA, 2009).

Presentes na história dos agrupamentos humanos, as mulheres e suas práticas culturais – pelo menos até segunda década do século XX – passaram ao largo da escrita histórica, considerada oficial tanto na perspectiva de sujeitos/objetos de pesquisas quanto como proponentes das investidas e iniciativas de composição e elaboração dos registros de suas trajetórias que, malgradadamente, em diversos aspectos entraram para então considerada grande narrativa histórica, através da compreensão masculina que até finais do século XIX, instituiu ao seu critério o que deveria ser considerado como sujeito/objeto da escrita histórica oficial.

Obviamente, isso não implica em dizer que as mulheres mantiveram-se “caladas, acuadas, castradas... quietas e felizes” (RO RO, 1985). Ao contrário, os repertórios das ações femininas nas diversas sociedades em que estiveram inseridas, se não recebiam grafias na chamada grande história, por outro lado, fizeram-se registrar cotidianamente nos embates travados entre gêneros no interior de suas práticas sócio-culturais e de sociabilidades. Embora atuantes nas ações dos seus contextos históricos, as mulheres

e os repertórios culturais que compunham suas ações cotidianas foram silenciados, sufocados nos textos/registros históricos positivistas que as limitavam à condição de apêndices e coadjuvantes na/da escrita histórica.

Na segunda década do século XX, mas precisamente em 1929, o movimento denominado *Annales*, ocorrido na França, passou a reivindicar para si a tarefa de ressignificar a função social dos historiadores e da História enquanto captadora das formas de ser-estar no mundo dos grupos humanos, lançando para isso um novo olhar sobre os repertórios culturais e nas inúmeras formas de registros deixadas, fossem materiais ou imateriais.

Naquele contexto, os historiadores da Escola dos *Annales* francesa passaram a propor o alargamento da compreensão, não apenas da história, enquanto

saber disciplinar, mas de uma história-registro que inaugurasse, inclusive, outras perspectivas quanto ao uso das fontes documentais até então limitadas denominados como oficiais. Dessa maneira, como escafandristas os historiadores enquanto pesquisadores inauguraram novo trato com os objetos de produção de conhecimento histórico, da mesma forma que introduziram na produção de conhecimento novas fontes, objetos e problemas (LE GOFF, 1998).

Dessa maneira, tomando como base as considerações anteriormente estabelecidas, o intuito é refletir como ocorreu no processo de transição entre a comercialização de quitutes pelas negras quituteiras e oficialização da vendagem do acarajé, o traje de baiana emergiu no conjunto de representações das práticas culturais na/da Bahia – aqui entendida como Salvador e cidades do Recôncavo – como um dos mais emblemáticos ícones identitários.

## 2 UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO SOBRE MULHERES NEGRAS

Embora a historiografia registre a década de 1920 na França, como marco de invenção de uma nova escrita histórica, através do estabelecimento de outros objetos de pesquisa relativo ao universo feminino, essa produção historiográfica massivamente ganhou maior fôlego a partir da década de 1970 do mesmo século, quando temas como relações entre gêneros, masculinidade, família, criminalidade, religiosidade, etnicidade, infância, sexualidade, dentre outros, passaram a fazer parte da ocupação do ofício dos estudiosos das culturas, naquele contexto entendidos como etnógrafos, historiadores e sociólogos. Para a historiadora Mary Del Priore, no Brasil:

[...] O interesse que a história da mulher recebeu no estrangeiro teve um primeiro reflexo no Brasil ao final dos anos 1970. Desde 1978, os pesquisadores da

Fundação Carlos Chagas de São Paulo começaram a coletar material para a realização de uma bibliografia concernente a trabalhos, na área de ciências humanas, voltados para o tema ‘mulher’. O papel relevante desta fundação para estudos sobre mulher não parou aí [...] Vários historiadores, debruçados sobre as fontes egressas das instituições de poder – Igreja ou o Estado – varriam os escaninhos da vida social no Brasil colonial e imperial, e também republicano, em busca de práticas que se desviavam da norma no campo dos amores e do imaginário. Surgiram, assim, em artigos, teses ou livros, as histórias das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das mal faladas, das pecadoras, das doidas, das pobres, das escritoras femininas. (PRIORE, 2000, p. 226).

Da mesma maneira, os estudos sobre o universo feminino decorrem das duras investidas e críticas estabelecidas pelos movimentos feministas da década de 1960 “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social”, (HALL, 2005, p. 44). Os movimentos sociais naquele contexto, segundo Stuart Hall, emergiram como fruto das questões sociais relativas ao descentramento dos sujeitos num momento histórico em que as discussões sobre identidades estavam fortemente relacionadas, sobretudo ao ano de 1968 e com a chamada pós-modernidade.

De maneira geral, segundo Hall (2005), o aparecimento dos distintos movimentos sociais militantes

em suas perspectivas ideológicas e identitárias possibilitou, por exemplo, numa dimensão de gênero, a demarcação das diferentes condições de ser e estar no mundo entre homens e mulheres que, na lógica do movimento feminista, reivindicavam não mais serem tratadas como extensão ou pertencentes de uma mesma humanidade masculina, fosse no âmbito doméstico, sexual ou de trabalho, sem perder de vista os contornos de raça e classe, questões que passaram a ser lidas naquele contexto histórico como a insurgência da politização das identidades em seus processos de identificação e subjetividades.

### 3 AS MULHERES DE SAIA COMO ÍCONES IDENTITÁRIOS E DE IDENTIFICAÇÃO EM SALVADOR

A expressão mulheres de saia aqui é tomada de empréstimo da cronista Hildegardes Vianna em *A Bahia já foi assim (1979)*. Vianna nos apresenta um cortejo de mulheres negras que vestidas de saia perambulavam por Salvador, mercandejando seus serviços nas portas das casas das famílias abastadas ou vendendo suas iguarias nos quatro cantos da Cidade, sendo facilmente identificadas nas cenas e cenários urbanos. Tanto as dos serviços domésticos quanto as da comercialização de iguarias, diariamente, atendiam a uma clientela variadíssima nas casas afortunadas, nas de médio porte sócio-econômico ou mesmo nos espaços públicos como as feiras, mercados e passeios.

As mulheres de saia eram facilmente localizadas entre as famílias de baixa condição social, sendo a maioria negra. A alcunha mulheres de saia identificava tanto o ofício quanto o âmbito social onde encontravam-se inseridas, como possuidoras de condições sociais menos favorecida, que para sobreviver realizavam os serviços considerados subalternos e humilhantes. Embora a maioria daquelas mulheres

fossem negras, é possível dizer que havia um diminuto percentual de mulheres brancas, de condições sociais desfavoráveis, as quais encontravam-se na condição de mercandejas nos espaços públicos. Estas mulheres, eram consideradas como sem sorte.

Algumas mulheres negras conseguiram ascender economicamente, através do seu trabalho criativo e criador, convertendo-se em grandes empresárias como Dadá, Cira e Dinha do Acarajé. Mulheres negras que na história do trabalho informal de Salvador representam a manutenção das tradições ancestrais, ao mesmo tempo que tornaram-se matronas responsáveis na ressignificação da condição de ser mulher enquanto mantenedoras de famílias negras neste País, embora mulheres como elas ainda representem um número diminuto nas relações sócio-trabalhistas na condição de empregadoras e não como empregadas.

Tornaram-se através de sua carga cênica em ícones identitários, historicamente visualizado/entendido como uma uma forte e emblemática representação

sobre Bahia e baianos. De acordo com Hildegardes Vianna:

[...] As mulheres de saia assim perderam a sua antiga característica, ganhando outra que lhes tem dado entrada em meios elevados, aparecendo como uma nota curiosa. A personalidade mudou e os tempos mudaram. As mulheres de saia de ontem são as baianas de hoje. Salve a baiana! (VIANNA, 1979, p. 148).

As diversas formas de atuação feminina no comércio informal, daquele contexto histórico em Salvador, estavam diretamente relacionadas à autonomia que as mulheres africanas haviam conquistado em muitas cidades do Continente Africano, como responsáveis por uma articulada rede de mercados que interligava todo o território iorubá e de cujas descendentes aqui chegaram através da diáspora africana.

Neste sentido, uma importante análise sobre as mulheres de tabuleiro na Bahia é feita por Pierre Verger em *Fluxo e Refluxo. Do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Ao comparar a rede africana das feiras com as que ocorrem nas Américas, Verger afirma que nas décadas primeiras do século XX, havia mulheres negras, escravas de ganho que atuavam tanto nas feiras livres, ao longo do dia, como, também, em espaços públicos à noite, com seus turbantes, camisas rendadas, saias coloridas de algodão, sobrepostas por pano-da-Costa. Ainda, havia as que circulavam com seus tabueiros à cabeça, cobertos com um pano:

[...] Vai e se instala num canto da feira local, ou numa calçada, no ponto que lhe pertence de costume; ela senta num banquinho, põe ordem no tabuleiro e vende, aos apreciadores da comida africana, os açaás, acarájés... Em alguns pontos da cidade, à noite, na luz vacilante dos lampiões, um grupo de baianas vende suas comidas ou pequenos objetos de perfumaria, recriando do outro lado do Atlântico a “feira noturna” dos vilarejos iorubás. (VERGER, 1987).

O etnógrafo, utiliza-se de notas encontradas em jornais baianos sobre as fugas e sumiços das escravas de ganho e seus tabuleiros postos nos mercados, feiras e ruas da cidade, onde mercavam variados tipos

de iguarias, desde frutas a comidas. Segundo Luis da Câmara Cascudo em *A cozinha africana no Brasil (1967)*, as mulheres negras colaboraram para a expansão da culinária africana no país. A sua presença na cozinha era indispensável e regular o que não ocorria em outros locais onde havia até quem condenasse a colaboração da mulher negra na cozinha dada a carga pejorativa que as qualificavam como incivilizadas e feiteiras. Sendo assim, no processo de reordenamento dos espaços urbanos em Salvador, sobretudo, na passagem do século XIX às décadas primeiras do século XX religião e culinária passam a compor as cenas e cenários dos espaços citadinos e ao invés das ganhadeiras (quituteiras), as baianas do acarajé parecem ter passado a fazer parte do cotidiano da Cidade, também, como elemento decorativo como se lê em *Encantos Tradicionais da Bahia (1942)* de Edgard de Cerqueira Falcão, que observou:

[...] as baianas usam ainda hoje o seu traje tradicional, que trouxeram da África sudanesa, e cuja linha árabe lhes é característica. Vestem-se por um modelo inconfundível. O torso é o turbante muçulmano; o chalé substitui o albornoz; e, não se ocultam os véus, como odaliscas, pelo menos tem o gosto e a variedade de sua indumentária típica. Não apenas de suas roupas de cores vivas, como de sua arte de levar à cabeça o tabuleiro (tabuleiro da bahiana) e de fazer cantar nas calçadas as chinelas, como castanholas *mantendo (grifo meu)* a tradição dum comércio ambulante, discreto e familiar, que data de trezentos anos. Não perdem a fidelidade aos seus hábitos, ao seu negócio humilde às suas velhas ruas, herdada de geração a geração através de todos os períodos da história local. (FALCÃO, 1942, p. 30).

O traje da baiana tal qual entendemos e vemos cotidianamente, relaciona-se com a intervenção dos poderes locais determinando a forma de vestir das antigas quituteiras que ascenderam à condição de baianas estilizadas, sendo incorporadas como elementos decorativos do cenário urbano. Tal iniciativa insere-se num contexto da história da Cidade em que o reordenamento dos espaços públicos, também, confundia-se com a vontade de normatização e moralização das práticas culturais, orquestradas através de iniciativas que visavam civilizar os costumes via esquemas de padronização de condutas (ELIAS, 1994).

Nos jornais em circulação naquele contexto em Salvador, como *A Bahia*, *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *Estado da Bahia*, *Correio da Bahia*, *Diário da tarde* e *A Tarde*, é possível constatar a existência de uma farta quantidade de registros relativos às atividades de trabalho das quituteiras. Da mesma maneira como se processou a institucionalização do traje de trabalho das baianas do acarajé. Naqueles periódicos, é possível constatar como os poderes públicos locais tratavam as questões relativas à presença feminina, no comércio de iguarias e quitutes. Na matéria intitulada “Fiscalização exigirá das baianas do acarajé o uso de trajes típicos”, lê-se:

[...] o sr. João Pires, Diretor da Fiscalização Municipal, informou que reiniciou entendimentos com o departamento de Turismo de Salvador, no sentido de obrigar às vendedoras de acarajé o uso de indumentárias típicas, bem como o de cestas coletoras para o asseio da cidade. Frisou ainda o Diretos que o uso das vestes dão aquele tipo de comércio um caráter folclórico, além de outras vantagens para as próprias vendedoras, bem como para o aspecto turístico da cidade. (JORNAL DA BAHIA, 09 ago. 1964).

Através da leitura dos jornais citados, identificamos nos códigos de postura da municipalidade soteropolitana a construção de uma cartografia na qual as baianas devidamente estilizadas/padronizadas poderiam comercializar. Relativo ao processo de construção da padronização encontramos no *Jornal da Bahia* de janeiro de 1965 a seguinte matéria: “Baiana do acarajé só de saia rodada, torso e balangandãs”. Mais uma vez, notamos o que nos parece serem importantes pistas para esta discussão aqui proposta, qual seja, verificar como o traje se converteu em ícone identitário da cultura baiana. Somado as exigências do uso da indumentária e dos locais fixos para a comercialização, acrescente-se que a obtenção da licença para a vendagem só era concedida somente às mulheres negras iniciadas nas seitas de matrizes africanas e que fossem registradas na Federação das Baianas, órgão vinculado à Superintendência de Turismo de Salvador.

Nessa perspectiva, as mulheres negras foram entronizadas em seus tabuleiros não mais como

quituteiras e sim como baianas, mulheres negras que na Bahia desempenhavam a função de vendedora de comidas da culinária afro-baiana em espaços públicos, a partir dos anos 1950 do século XX, convertidas em ícone identitário e assimiladas no conjunto de representações sobre as práticas culturais baianas como elemento-ícone-síntese cultural na/da Bahia.

Roger Chartier, em *A História Cultural: entre práticas e representações (1988)*, coloca no centro da discussão o conceito de representação, através do qual as práticas culturais são analisadas tanto como uma coisa ausente, como exibição de uma presença. O historiador articula o conceito em três modalidades que possibilita-o captar os sentidos das culturas, primeiramente, através da forma como os diferentes grupos representam as realidades culturais onde encontram-se inseridos; segundo, como as práticas culturais utilizadas para o reconhecimento de uma identidade social enunciam maneiras próprias de existência e por último, como são institucionalizadas as formas de existência dos grupos e classes sociais.

Nos processos de identificação e elaboração de identidades, os ícones configuram-se de diversas maneiras, significando e simbolizando para diversos sujeitos no interior das dinâmicas culturais, onde se encontram inseridos/as, como elementos através dos quais os indivíduos em sua coletividade, vêem-se representados (ESCÓSSIA, 2005), posicionando-se como sujeitos e identificando-se com uma extensa cadeia simbólica (WOODWARD, 2000). Ou ainda, como entende Stuart Hall (2005), as identidades em seus processos de identificação vão sendo elaboradas ao longo das trajetórias existenciais humanas nas dinâmicas de sociabilidade. Logo, sociedade-indivíduos ou indivíduos-sociedade tecem, em suas tramas cotidianas, modos de existência experimentada através de um eterno devir (GUATTARI, 1998), fincados em tradições que são reinventadas ao longo da história (HOBSBAWM, 1997).

## 4 O QUE É QUE A BAIANA TEM, AFINAL?

Não menos complicado é responder a questão proposta por Dorival Caymmi em canção do mesmo nome. Não menos fácil ainda é dizer como as baianas insurgiram-se e firmaram-se no universo onírico masculino para além do fetiche, do dengo e da lascívia.

O contexto histórico que tornou possível as baianas serem tomadas como tema e/ou inspiração, remete-nos ao século XIX, quando as negras baianas se notabilizaram não como oposição, mas como possuidoras de uma condição de ser-estar no mundo diferente das mulheres de outras regiões brasileiras. Essa forma de enunciação existencial dialoga, necessariamente, com a função social e cotidiana que as mulheres negras desempenharam nas cenas e cenários urbanos de Salvador, desde o tempo em que ainda eram escravas de ganho.

Da Bahia, pós 1850 e 1888, uma leva de mulheres negras partiu para o Rio de Janeiro, então capital do País, levando consigo um conjunto de práticas culturais que ajudou a configurar, na Baía de Guanabara, outras imagens e representações sobre Bahia e baianos que foram incorporadas na vida carioca como personagens nas/das festas populares, como o carnaval e o Teatro de Revista.

E como decorrência das atuações diárias de milhares de mulheres negras, nas cenas e cenários da Cidade, por exemplo, da atuação marcante na movimentação da economia informal, se notabilizaram, sobretudo, pelo importante trabalho que faziam e por disputarem com os homens os lugares e espaços entendidos como de ocupação masculina: a rua. Estar na rua, nos espaços públicos e ruidosos conferiu às negras baianas espécie de notabilização, embora sabíamos que a Bahia não tenha sido a única região do País que recebeu até, pelo menos 1860, milhares de levadas de escravos, (TAVARES, 2001).

Dentre as coleções dos acervos do Museu Histórico Nacional há um conjunto de seis estatuetas de madeira, sendo que cinco pertencentes à Coleção Miguel Calmon e uma à Coleção Djalma da Fonseca Hermes. As estatuetas foram analisadas por Gerardo de Carvalho nos Anais desta instituição, que observou:

[...] das figuras femininas, cinco nos mostram negras vendendo a sua mercadoria, enquanto uma única nos apresenta uma negra com traje domingueiro que se popularizou como traje de negra baiana, ou simplesmente, traje de baianas. As cinco primeiras apresentavam indumentária bastante simples, constituído numa modesta bata ou vestido amarrado à cintura, de gola larga às vezes enfeitada caindo sob um dos ombros. À cabeça trazem um torço sobre o qual usam uma rodilha que atenua o peso da mercadoria levada na gameia, de madeira ou de barro. (CARVALHO, 1949, p. 74).

No conjunto de estatuetas, cinco retratam o cotidiano de trabalho das mulheres negras, que nas lidas diárias sustentavam a si e aos seus, através dos ofícios de ganho que naquele contexto era passado entre gerações. De tudo mercavam nas gamelas e tabuleiros: desde frutas a peixes e mariscos; uma estátua, porém, retrata a baiana que se popularizou, conhecida como domingueira ou vestida com um traje domingueiro aquele reservado e destinado aos eventos sociais, como as missas. Segundo ainda observou Carvalho sobre as vestes das baianas “representa um artifício de propaganda para seu pequeno negócio já que também nas festas tradicionais da Bahia e especialmente nos Candomblés elas comparecem vestidas da mesma maneira” (1949, p. 74), e completa o analista que tais indumentárias eram utilizadas como propaganda do País.

Ainda, como parte importante da composição da indumentária, a imprescindível penca de balangandãs formava o arquétipo baiano em toda sua carga cênica. Bastante ruidosos, os balangandãs, segundo Tânia da Costa Garcia:

[...] eram amuletos dos mais variados, pendurados numa penca comum e levados geralmente à cintura: bolas de louça, figas, saquinhos de couro (contendo 'suratas' do alcorão, sangue de carneiro, ervas e outros preparados), dentes de animais, medalhinhas de santos católicos, crucifixos, ex-votos (como os olhos de Santa Luzia) e frutas tropicais, como por exemplo a romã, a uva, o caju e ainda miniaturas de animais como o carneiro (animal votivo de Xangô). (GARCIA, 2004, p. 109).

É bastante curioso como essa forma de ser-estar das baianas tenha sido convertido em inspiração para a elaboração de diversas formas de representação sobre a Bahia e dela pertencer. Em certo sentido, parece ter havido o desejo de querer sê-la à medida que tal figura congregava uma série de significados ao mesmo tempo: da mulher independente, da rua, do trabalho, da luta, da lascívia, do desacato, do fetiche, do encantamento, sendo objeto de desejo, inclusive entre as mulheres não negras, indistintamente à classe social que pertencessem, como a Princesa Isabel que durante sua viagem de núpcias pela Europa fora convidada a participar de um *bal-masqué*, nele tendo comparecido trajada de preta-baiana, (BARROS, 1947). O que poderia ter conduzido a Princesa Isabel à escolha de tal traje? O que tal indumentária significava no imaginário masculino e feminino naquele contexto?

No Teatro de Revista, produzido não apenas no Brasil no contexto de finais do século XIX e primeira metade do século seguinte, não foram raras as montagens e números nos quais estrelas-intérpretes do

porte de Ana Manarezzi (grega), Pepa Ruiz (espanhola), Carmen Miranda (portuguesa), Araci Cortes (brasileira) e Otília Amorim (brasileira) representavam ser baianas, embora caiba dizer que a baiana estilizada por Dorival Caymmi, para Carmen Miranda, em nada se assemelha às demais apresentadas pelas artistas em questão. Algumas dessas mulheres estrangeiras e brancas como Pepa Ruiz chegaram a pintar o corpo de preto para interpretar a mulher negra baiana em 1892 na revista *Tim-tim por Tim-tim* de Souza Bastos. Ainda, segundo Garcia:

[...] Carmen Miranda não tinha nenhum vínculo mais forte com a tradição baiana, além da proximidade com o samba. Seus laços identitários eram com a cidade espetáculo, com o mundo de entretenimento, estes sim os principais responsáveis pela re-invenção da indumentária. A baiana imaginada – menos regional e mais cosmopolita – era resultante de um filtro que, interposto inconscientemente por Carmen, a levou a enfatizar ou emitir certos aspectos típicos do traje e acrescentar outros a partir de suas referências. (GARCIA, 2004, p. 111).

Isto posto, embora importante para o estudo sobre identidades e processos de identificação, aqui nos interessa não a baiana estilizada apresentada ao mundo por Carmen Miranda, mas sim a baiana estilizada ainda vista em cada esquina e ruas da Cidade do Salvador, através das quais podemos pensar como se converteram em símbolos-ícones identitários sobre Bahia e baianos.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade Étnica, Identificação e Manipulação. In: **Identidade, Etnia e Estrutura Social**. São Paulo: Editora Pioneira, 1976.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Etnicidade: da cultura residual, Mas irreduzível. In: **Antropologia do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1986.

CARVALHO, Gerardo de. Dez estatuetas baianas. In.: Ministério da Educação e Cultura. **Anais do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro**. Ministério da Educação e Cultura, 1949. (Volume X)

CASCUDO, Luiz da Câmara. **A cozinha africana no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1967.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. *Apud* VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997, p. 154.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, volume 1.

ESCÓSSIA, Liliana da e KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. In: **Psicologia em Estudo**. Maringá, vol. 10, nº 2, p. 295-304, mai/ago. 2005.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás Pretas, Damas Mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2004. Tese de Doutorado em História.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Encantos Tradicionais da Bahia**. São Paulo: Martins, 1942.

GARCIA, Tânia da Costa. **O “it verde e amarelo” de Carmen Miranda (1930-1946)**. São Paulo: Annablume, 2004.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

GUATTARI, Félix. **O inconsciente maquínico**. Ensaios de esquizo- análises. Campinas: Papirus, 1998.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 10. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

**Jornal da Bahia**, 09 de agosto de 1964.

LANDES, Ruth. **Cidade das Mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LE GOFF, Jacques. **História Nova**: novos objetos, novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

MOURA, Milton. **Carnaval e Baianidade**. Arestas e curvas na coreografia de identidades do carnaval de Salvador. Salvador: FACOM, 2001. (Tese de doutorado).

PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000.

RISÉRIO, Antonio. **Adorável Comunista**: história política, charme e confidências de Fernando Sant’Anna. Rio de Janeiro: Versal, 2002.

RO RO, Ângela. Mônica. In.: **Eu desatino**. Brasil: Long-Play, 1985).

SALVADOR, BA. Superintendência de Turismo de Salvador e Secretaria de Finanças da Prefeitura, 1964. No acordo assinado entre a Superintendência de Turismo de Salvador e a Secretaria de Finanças da Prefeitura, foi estabelecido que as baianas só poderiam negociar nos seguintes lugares: 1ª zona: Praça da Sé; 2ª zona: Ladeira da Praça; 3ª zona: Baixa dos Sapateiros; 4ª zona: Praça Cairu; 5ª zona: Vendedoras avulsas do centro da cidade; 6ª zona: vendedoras avulsas dos bairros comerciais e 7ª zona: vendedoras avulsas dos bairros.

SANTANNA, Marilda. **As donas do canto**. O sucesso das estrelas-intérpretes no carnaval de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). identidade e diferença: uma introdução teórica ao conceito. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Entre amigas: relações de boa vizinhança. In.: **Revista Dossiê Nova História**. São Paulo: USP, n. 23, 1999, p.69-75.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

VIANNA, Hildegardes. **A Bahia já foi assim**. 2. ed., São Paulo: GRD, 1979.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo**. Do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Corrupio, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

---

Recebido em: 19 de março de 2013  
Avaliado em: 13 de abril de 2013  
Aceito em: 27 de abril de 2013

---

1 Mestre em História Social/UFBA-FFCH. Doutorando em Cultura e Sociedade/UFBA-IHAC. Docente da Área de Prática de Ensino de História na Universidade do Estado da Bahia - Campus V. E-mail: xicco7@hotmail.com